

Reajustes salariais preocupam

Não é apenas o aumento das taxas de inflação que está sobressaltando o Governo, e fazer voltar ao noticiário o congelamento de preços. Por trás de todo o receio de um descontrole inflacionário, está o impacto sobre os reajustes salariais. A explicação: como os salários estão sendo reajustados pela média em trimestres específicos, um aumento nas taxas do IPC conduziria a aumentos mensais que poderiam superar os 20 por cento. E isto afeta particularmente a folha de salários do Governo.

É por isso que as várias propostas têm conduzido, mesmo que de forma não explícita, a uma contenção nos reajustes salariais. Isto foi colocado nesta semana, por exemplo, quando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) voltou a bater na tecla do pacto social — com o nome de “novo acordo social” — onde cita a necessidade de se limitar reajustes de preços, mas também os de salários, para conter a inflação.

Uma estratégia de choque hoje, entretanto, também estaria muito mais para um congelamento temporário, de 60 a 90 dias, a exemplo do Plano Bresser, decretado em junho de 1987. Mas não há grandes oposições, também, a uma antiga proposta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen: um redutor para preços administrados (os controlados pelo CIP, tarifas públicas, aluguéis) e salários, baseado em reduções progressivas nos reajustes.

REDUTOR

O redutor funciona, basicamente, desta maneira: de cada taxa mensal de inflação, seriam retirados 10 por cento, para fixação no mês seguinte. Assim, se a inflação fosse de 20 por cento em julho, a de agosto seria fixada em 18 por cento (depois de subtrair 2,0 por cento, que correspondem a um décimo dos 20 por cento), para os reajustes. Ficam de fora dessa fórmula os preços livres. Pelos cálculos desse plano, uma inflação que fosse tratada com o redutor, partindo de 20 por cento ao mês, chegaria aos 5 por cento mensais em 12 meses.